Serviço Espírita de Proteção à Infância – SEPI

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9/27

SERVIÇO ESPÍRITA DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA – SEPI

CNPJ. : 46.731.121/0001-04

"RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS"

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **SERVIÇO ESPÍRITA DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA – SEPI** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado do periodo, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das origens e aplicações de recursos para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Chiaratti Do Nascimento.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5104-F21C-ACE3-3F02.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Outros Assuntos:

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.

Os valores reconhecido nas demonstrações contábeis do **SERVIÇO ESPÍRITA DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA – SEPI**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes, por ocasião da emissão do relatório em 11 de Fevereiro de 2019 sem modificação.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Chiaratti Do Nascimento.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5104-F21C-ACE3-3F02.

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Chiaratti Do Nascimento.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 5104-F21C-ACE3-3F02.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conceito das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 06 de Fevereiro de 2020

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Chiaratti Do Nascimento.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o codigo 5104-F21C-ACE3-3F02

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5104-F21C-ACE3-3F02 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5104-F21C-ACE3-3F02

Hash do Documento

B5CE2BDF315655288FCDE2C6A793BCF1333F8652E10A4D32189637A5F2B07D71

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/02/2020 é(são) :

- Alexandre Chiaratti Do Nascimento (Signatário) - 147.823.488-19
  em 10/02/2020 21:39 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital

Serviço Espírita de Proteção a Infância - SEPI

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	156.199	40.445
Outros créditos	6	72.698	66.531
Total do ativo circulante		**228.897**	**106.976**
Ativo não circulante			
Imobilizado	7	5.081.120	5.115.784
Total do ativo não circulante		**5.081.120**	**5.115.784**
Total do ativo		**5.310.017**	**5.222.760**

Passivo	Nota	2019	2018
Passivo circulante			
Fornecedores	8	44.099	29.324
Obrigações trabalhistas e encargos s	9	165.963	177.120
Impostos e contribuições a recolher		113	139
Outras contas a pagar		3.166	259
Total do passivo circulante		**213.341**	**206.842**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	10	1.970.881	1.756.402
Ajuste de avaliação patrimonial	10	3.034.370	3.045.037
Superávit do exercício	10	91.426	214.479
Total do patrimônio líquido		**5.096.676**	**5.015.918**
Total do passivo		**5.310.017**	**5.222.760**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço Espírita de Proteção a Infância - SEPI

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em Reais)

	Nota	2019	2018
Receitas de subvenções e doações	11	2.831.422	2.596.906
Despesas operacionais			
Com pessoal	12	(1.717.213)	(1.552.095)
Gerais	13	(741.641)	(681.894)
Administrativas e outras	14	(277.426)	(140.099)
Superávit antes do resultado financeiro, líquido		**95.143**	**222.818**
Receitas financeiras	15	8.496	4.609
Despesas financeiras	15	(12.213)	(12.949)
Resultado financeiro, líquido		**(3.717)**	**(8.339)**
Superávit do exercício		**91.426**	**214.479**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço Espírita de Proteção a Infância - SEPI

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em Reais)

	2019	2018
Superávit do exercício	91.426	214.479
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	**91.426**	**214.479**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço Espírita de Proteção a Infância - SEPI

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em Reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação	Déficit do exercício	Total
Saldo inicial em 01 de Janeiro de 2018	**1.780.251**	**3.055.704**	**(34.516)**	**4.801.439**
Realização do custo atribuído	10.667	(10.667)	-	-
Incorporação do déficit ao patrimônio social	(34.516)	-	34.516	-
Superávit do período	-	-	214.479	214.479
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.756.402**	**3.045.037**	**214.478**	**5.015.918**
Realização do custo atribuído		(10.667)	-	(10.667)
Incorporação do déficit ao patrimônio social	214.479	-	(214.479)	-
Superávit do período	-	-	91.426	91.426
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.970.881**	**3.034.370**	**91.425**	**5.096.676**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Serviço Espírita de Proteção a Infância - SEPI

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	**91.426**	**214.479**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação	80.933	80.883
Custo residual de ativo baixado	-	-
Variações nos ativos e passivos operacionais		
(Aumento) / redução em outros recebiveis	(6.167)	(9.131)
(Redução) / aumento nos fornecedores	14.774	(680)
(Redução) / aumento nas obrigações trabalhistas e encargos sociais a recolher	(11.157)	26.636
(Redução) / aumento em outras contas a pagar, impostos e contribuições a recolher	2.881	(1.632)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	**172.689**	**310.555**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	(46.269)	(292.126)
Realização custo atribuido	(10.667)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	**(56.936)**	**(292.126)**
Redução liquida em caixa e equivalentes de caixa	**115.754**	**18.429**
Caixa e equivalente de caixa no inicio do exercicio	40.445	22.016
Caixa e equivalente de caixa no final do exercicio	156.199	40.445
Redução liquida em caixa e equivalentes de caixa	**115.754**	**18.429**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço Espírita de Proteção à Infância - SEPI (Organização da Sociedade Civil - OSC) é uma associação civil, sem fins lucrativos, cuja finalidade é oferecer serviços de proteção básica, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, atendendo crianças e adolescentes de 0 a 14 anos e 11 meses, visando à prevenção de incidência de riscos sociais e pessoais. A Organização é domiciliada no Brasil, no município de Amparo, estado de São Paulo.

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela SEPI são providos mensalmente pelo setor privado, associados (pessoas físicas e jurídicas) e pelo poder público. As atividades da SEPI são medidas por indicadores de desempenho mensais, pela demonstração da aplicação dos convênios e subvenções, e que são disponibilizados mensalmente, como prestação de contas as partes interessadas.

A OSC aplica todas as suas rendas, recursos, legados e eventuais resultados operacionais integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, atendendo o que determina o artigo nº 43 de seu estatuto, conforme demonstrados em seu balanço patrimonial e demonstrações de resultados do exercício apurados ao final de cada exercício.

A OSC, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, com preponderância na área de assistência social, reverte a totalidade de suas receitas em prestação de serviços 100% gratuitos, de forma permanente, às crianças e adolescentes por ela assistidos.

A OSC, nos termos da Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei Orgânica da Assistência Social), está imune ou isenta dos tributos incidentes sobre patrimônio, renda ou serviços e da contribuição para a seguridade social, conforme disposto nos artigos 150, inciso VI, alínea "c", e 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal e no artigo 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Plano de Custeio da Seguridade Social).

Para garantir sua continuidade, a OSC conta com recursos da Prefeitura do Município de Amparo, realizada por meio de termos de parceria através de projetos nas áreas de educação e de assistência social, de empresa privada e de recursos próprios para garantir caixa suficiente para custear suas operações. Portanto, a Administração não considera que exista risco de continuidade nas operações da OSC.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC - Pequenas e Médias empresas - PME)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas (Pronunciamento técnico CPC PME emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de janeiro de 2020.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Demonstração de resultado

O superávit/déficit é apurado pelo regime de competência, e seu modelo segue as práticas contábeis para associações sem fins lucrativos ITG 2002 (R1) - Instituições sem finalidade de Lucros, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As doações e contribuições são reconhecidas quando há efetivo recebimento dos recursos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Receitas financeiras

A rentabilidade das aplicações financeiras é reconhecida na demonstração de resultado quando incorrida. As receitas financeiras da OSC, referem-se exclusivamente a rendimento das aplicações financeiras.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da OSC.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Instituição e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas nessas demonstrações financeiras, quando aplicável.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A OSC reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

A OSC desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Instituição transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço

patrimonial quando, somente quando, a Instituição tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base liquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A OSC possui os seguintes empréstimos e recebíveis: Caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos
A OSC reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Instituição se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Instituição baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A OSC classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem fornecedores e outras contas a pagar.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos de custo atribuído determinado na ocasião da adoção inicial do CPC-PME deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O custo atribuído foi registrado inicialmente em contra partida a conta de ajuste de avaliação patrimonial no exercício de 2010.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os

recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais na demonstração de resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela OSC. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados na demonstração de resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis do imobilizado. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas anuais de vida útil utilizadas para fins de depreciação para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa de depreciação % a.a.
Móveis e utensílios	8,33
Equipamentos de segurança	5
Equipamentos de computação	20
Prédio e ginásio	1,67
Cobertura	2,50
Pátio externo	2,86
Fechamento	3,33

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da OSC são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

d. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a OSC tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

e. Obrigações tributárias

(i) Imunidade tributária de imposto de renda e contribuição social

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, o OSC está imune do pagamento de imposto de renda, conforme estabelece a alínea c, do inciso VI, parágrafo 7º ambos da Constituição Federal.

(ii) Isenções usufruídas

A OSC faz jus à isenção do pagamento dos impostos incidentes sobre as doações, tais como imposto de renda, contribuições sociais, os quais estão contidos na Lei 12.101, em vigor desde novembro de 2009, e posterior regulamentações, no Decreto 8.242, de 23 de maio de 2014 e Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013.

(iii) Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as entidades civis que prestam serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidades sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda às demais condições legais.

(iv) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

A OSC usufrui de isenção da contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre cota patronal, SAT e terceiros. Em 2019 a OSC usufruiu de isenção de R$ 316.724 (R$ 332.433 em 2018).

f. Receitas com trabalhos voluntários

Em atendimento a Resolução CFC 1.409 de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002(R1) - Entidades sem Finalidades de Lucros, onde valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a OSC haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Os montantes estão contabilizados nas rubricas de trabalhos voluntários (receita) e despesas operacionais com pessoal e não altera o resultado do exercício.

A mensuração dos trabalhos voluntários foi estabelecida a partir do valor da hora do serviço executado para cada categoria tomando-se por base o mesmo valor da hora pago aos funcionários assalariados para cada uma das categorias existentes na data do encerramento de seu Balanço Patrimonial. Assim, foi calculada a média dos salários para cada faixa, pelas horas semanais e este pelo número de semanas a cada mês.

g. Subvenção governamental

A OSC recebe subvenções do Poder Público Municipal voltado para o desenvolvimento de projetos sociais no município. Para que a subvenção seja mantida, a OSC deve prestar contas da aplicação dos recursos recebidos trimestralmente. Em 2019 a OSC recebeu subvenções no montante de R$ 1.218.320 (R$ 879.600 em 2018) , conforme demonstrativo da abertuda de receitas na nota explicativa 11.

Uma subvenção governamental é reconhecida no superávit/déficit ao longo do período, ao longo do qual a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação.

Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições associadas a subvenção. A subvenção governamental não está sendo reconhecida diretamente no patrimônio social.

h. Segregação das atividades

As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como assistência social e educação conforme ITG 2002 (R1).

i. Gratuidades

Os benefícios concedidos pela entidade a título de gratuidade foram reconhecidos de forma segregada, pelo valor efetivo praticado, destacando-se aquele que devem ser utilizados em prestações de contas aos órgãos governamentais conforme ITG 2002 (R1).

4 Gerenciamento de risco financeiro

A OSC apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da OSC a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos OSC, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da OSC. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

As políticas de gerenciamento de risco da OSC são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela OSC, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas atividades da OSC. A OSC, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a OSC irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da OSC na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da OSC. Para cumprir suas obrigações de curto prazo, a OSC conta com o apoio da Prefeitura Municipal de Amparo, que concede verbas para subsidiar a realização dos projetos sociais, e de grandes empresários da região, que contribuem de forma fiel e constante para garantir caixa suficiente para custear as operações.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de déficits diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e infraestrutura da OSC e de fatores externos, como aqueles

decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem das operações da OSC

O objetivo da OSC é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da OSC e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à diretoria. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da OSC para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Treinamento e desenvolvimento profissional; e
- Padrões éticos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	129.330	14.923
Aplicações financeiras	26.869	25.437
Banco conta especial	-	86
	156.199	**40.445**

Recursos sem restrições

Caixa e equivalentes de caixa são originados principalmente de recursos providos por doações de pessoas físicas e jurídicas, bem como auxílios e subvenções recebidos do poder público.

Os recursos financeiros que a OSC possui que não estão vinculados a projetos são utilizados para custeio das atividades.

Aplicaçaões financeiras

As aplicações financeiras estão divididas em poupança e fundo de investimentos. Apresentam liquidez e rentabilidade diária, com resgate e crédito em conta corrente. A rentabilidade média dos fundos em 2019 foi de 4,91% a.a. (2018 – 5,51% a.a.).

6 Outros recebíveis

	2019	2018
Antecipação de férias	64.698	66.523
Outros	8.000	8
	72.698	**66.531**

7 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	2019			2018
	Custo	**Depreciação**	**Liquido**	**Liquido**
Terrenos	2.363.021	-	2.363.021	2.363.021
Edificações	2.945.702	- 376.350	2.569.352	2.620.149
Móveis e utensílios	293.666	- 233.412	60.254	59.500
Equipamentos de computação	76.896	- 54.327	22.569	29.069
Instrumentos musicais e artísticos	33.179	- 2.842	30.337	30.903
Máquinas e equipamentos	16.483	- 1.824	14.659	12.169
Equipamentos de segurança	31.550	- 10.622	20.928	973
	5.760.497	**-679.376**	**5.081.120**	**5.115.784**

b. Movimentação do custo

	2018	2019	
	Custo	**Adições/baixas**	**Custo**
Terrenos	2.363.021	-	2.363.021
Edificações	2.945.702	-	2.945.702
Móveis e utensílios	269.324	24.342	293.666
Equipamentos de computação	72.896	4.000	76.896
Instrumentos musicais e artísticos	32.110	1.069	33.179
Máquinas e equipamentos	12.594	3.889	16.483
Equipamentos de segurança	7.912	23.638	31.550
	5.703.559	**56.938**	**5.760.497**

	2017	2018	
	Custo	**Adições/baixas**	**Custo**
Terrenos	2.363.021	-	2.363.021
Edificações	2.698.792	246.910	2.945.702
Móveis e utensílios	268.812	512	269.324
Equipamentos de computação	72.896	-	72.896
Instrumentos musicais e artísticos	-	32.110	32.110
Máquinas e equipamentos	-	12.594	12.594
Equipamentos de segurança	7.912	-	7.912
	5.411.433	**292.126**	**5.703.559**

c. Movimentação da depreciação acumulada

	2018	2019	
	Depreciação	**Adições/baixas**	**Depreciação**
Edificações	-325.553	- 50.797	- 376.350
Móveis e utensílios	-209.824	- 23.588	- 233.412
Equipamentos de computação	-43.827	- 10.500	- 54.327
Instrumentos musicais e artísticos	-1.207	- 1.635	- 2.842
Máquinas e equipamentos	-425	- 1.399	- 1.824
Equipamentos de segurança	-6.939	- 3.683	- 10.622
	-587.775	**-91.601**	**-679.376**

	2017	2018	
	Depreciação	**Adições/baixas**	**Depreciação**
Edificações	-280.307	-45.246	-325.553
Móveis e utensílios	-187.578	-22.247	-209.824
Equipamentos de computação	-32.688	-11.138	-43.827
Instrumentos musicais e artísticos	-	-1.207	-1.207
Máquinas e equipamentos	-	-425	-425
Equipamentos de segurança	-6.319	-620	-6.939
	-506.892	**-80.883**	**-587.775**

8 Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores nacionais	44.099	29.324
	44.099	**29.324**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades da OSC. A maior concentração está em produtos alimentícios que são utilizados para a alimentação das crianças atendidas.

9 Obrigações trabalhistas e encargos sociais a recolher

	2019	2018
Salários a pagar	43.983	48.137
Encargos sociais a pagar	20.620	31.155
Provisão férias	101.359	97.828
	165.963	**177.120**

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de, obrigações empregatícias, e encargos, bem como as provisões sociais.

10 Patrimônio líquido

O patrimônio social é composto pelos superávits apurados em exercícios anteriores, líquidos dos déficits quando ocorridos.

O resultado do exercício é transferido para patrimônio social quando aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

A OSC como pessoa jurídica de duração indeterminada, não tem prazo nem condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, em caso de dissolução da entidade, o patrimônio líquido remanescente será transferido a outra pessoa jurídica sem fins lucrativos, preferencialmente com o mesmo objetivo social ou à entidades públicas.

Ajuste de avaliação patrimonial
Decorrente de custo atribuído dos ativos fixos conforme adoção inicial dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC-PME. A realização da reserva de avaliação é mediante a depreciação ou baixa dos itens reavaliados.

Remuneração da administração
O Estatuto Social da OSC possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria Executiva.

Não será remunerado o exercício das funções dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal, da Organização Social Civil e do corpo de associados, nem serão distribuídos, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo social.

11 Receitas de subvenções e doações

A OSC apura e registra suas receitas em contas específicas, de acordo com as suas origens, tais como: auxílios, subvenções e convênios recebidos do poder público, mensalidades de associados, doações de pessoas físicas e jurídicas, e campanhas beneficentes realizadas pelos diretores e voluntários junto a comunidade.

	2019	2018
Donativos, mensalidades, anuidades recebidas:		
Pessoa jurídica	1.113.011	1.007.243
Donativos diversos	366.356	261.069
Pessoa física	40.629	344.790
Voluntariado	75.625	82.589
Campanhas beneficentes	17.481	21.615
	1.613.102	**1.717.306**
Auxílios e subvenções recebidos do poder público:		
Municipal	1.218.320	879.600
Estadual	0	0
	1.218.320	**879.600**
	2.831.422	**2.596.906**

12 Despesas com pessoal

	2019	2018
Salários	-1.437.644	-1.312.934
Obrigações sociais	-143.198	-123.421
Benefícios a empregados	-136.371	-115.739
	-1.717.213	**-1.552.095**

13 Despesas gerais

As despesas gerais compreendem as despesas de programação técnica conforme detalhado abaixo:

	2019	2018
Gêneros alimentícios	-320.915	-303.632
Honorários profissionais	-115.904	-104.573
Voluntariado	-75.625	-82.589
Teatro	-45.418	-53.394
Energia elétrica	-31.082	-27.007
Água	-29.230	-27.295
Gás	-27.532	-27.867
Material pedagógico	-44.685	-24.161
Material de limpeza e conservação	-12.062	-6.731
Material higiene	-12.637	-6.935
Vestiário	-18.464	-8.760
Outras despesas	-8.086	-8.951
	-741.641	**-681.894**

14 Administrativas e outras

	2019	2018
Depreciação	-80.933	-80.883
Serviços de terceiros	-13.420	-21.033
Despesas tributárias	-2	-11.455

Manutenção e conservação	-46.326	-9.159
Telefone	-3.480	-3.489
Outras despesas	-133.265	-14.079
	-277.426	**-140.099**

15 Resultado financeiro, líquidos

	2019	2018
Receita financeira		
Juros sobre aplicação financeira	6.630	1.011
Juros sobre poupança	890	838
Descontos obtidos	976	2.760
	8.496	**4.609**
Despesa financeira		
Despesas bancárias, juros e multas	-12.213	-12.949
	-12.213	**-12.949**
Resultado financeiro, líquido	**-3.717**	**-8.339**

16 Demonstração do superávit por atividade

Em atendimento às novas normas contábeis do Terceiro Setor a partir da ITG2002 (R1), apresentamos a Demonstração do resultado segregado por tipo de atividade:

	Educação	Social	31/12/2019	Educação	Social	31/12/2018
Receita bruta	**394.021**	**2.445.897**	**2.839.918**	**402.198**	**2.194.708**	**2.596.906**
Atividades próprias						
Receita de doações PJ	87.874	1.025.197	1.113.071	86.335	920.908	1.007.243
Receita de doações PF	3.208	37.422	40.629	29.553	315.237	344.790
Receita de doações mercadorias	24.160	281.869	306.029	17.671	188.493	206.164
Doações de voluntariado	5.970	69.655	75.625	7.079	75.510	82.589
Receita de Doações Livros	37	428	465	0	0	0
Receitas financeiras própria	190	2.218	2.408	0	0	

Geração de renda - sustentáveis						
Captação de recursos	6.101	71.182	77.283	6.559	69.961	76.519
Subvenções e Parcerias						
Convênios e subvenções municipais	266.000	952.320	1.218.320	255.000	624.600	879.600
Receitas financeiras subvencionadas	481	5.607	6.088	0	0	0
(=) Receita líquida	**394.021**	**2.445.897**	**2.839.918**	**402.198**	**2.194.708**	**2.596.906**
	Educação	**Social**	**31/12/2019**	**Educação**	**Social**	**31/12/2018**
(-) Custos dos serviços e atividades	**-409.561**	**-2.049.293**	**-2.458.854**	**-540.725**	**-1.693.264**	**-2.233.989**
Custos subvencionados	**-266.481**	**-957.927**	**-1.224.408**	**-255.000**	**-624.600**	**-879.600**
Salarios e encargos sociais	-264.284	-763.664	-1.027.949	-255.000	-597.252	-852.252
Generos alimenticios	0	-141.263	-141.263	0	-1.500	-1.500
Consumo	0	-43.000	-43.000	0	-22.128	-22.128
Teatro	0	-10.000	-10.000	0	0	0
Material pedagogico	-2.196	0	-2.196	0	-3.720	-3.720
Custos diretos recursos próprios	**-143.081**	**-1.091.365**	**-1.234.446**	**-285.725**	**-1.068.664**	**-1.354.389**
Salarios e encargos sociais	-100.040	-589.224	-689.264	-235.174	-464.669	-699.843
Generos alimenticios	-14.183	-165.469	-179.652	-26.026	-276.106	-302.132
Teatro	-2.796	-32.622	-35.418	-4.577	-48.817	-53.394
Bazar	0	0	0	0	0	0
Demais despesas operacionais	-11.607	-135.413	-147.020	-15.110	-139.050	-154.161
Honorarios profissionais	-9.150	-106.754	-115.904	-1.066	-103.506	-104.573
Material pedagogico	-3.354	-39.135	-42.489	-2.071	-18.370	-20.441
Material de limpeza	-998	-11.639	-12.637	-594	-6.341	-6.935
Material de higiene	-952	-11.109	-12.062	-577	-6.154	-6.731
Cursos de informática	0	0	0	-530	-5.650	-6.180
(=) Superávit/déficit bruto	**-15.540**	**396.605**	**381.064**	**-138.528**	**501.444**	**362.917**
(-) Despesas operacionais	**-21.902**	**-255.524**	**-277.426**	**-12.008**	**-128.090**	**-140.099**
(-) Administrativas						
Demais despesas administrativas	-4.741	-55.306	-60.047	-1.680	-17.925	-19.605
Depreciação	-6.389	-74.543	-80.933	-6.933	-73.950	-80.883
Serviços de terceiros - PJ geral	-10.504	-122.552	-133.056	-1.803	-19.230	-21.033
Material de escritorio e expediente	-252	-2.936	-3.188	-610	-6.512	-7.122
Bens de natureza permanente	-16	-185	-201	0	0	0
(-) Tributárias	**0**	**-2**	**-2**	**-982**	**-10.473**	**-11.455**

(=) Superávit/déficit antes do resultado financeiro	**-37.442**	**141.081**	**103.638**	**2.588**	**33.546**	**222.818**
(-) Despesas financeiras						
Despesas financeiras	-964	-11.249	-12.213	-715	-7.625	-8.339
(=) Superávit/déficit líquido do período	**-38.407**	**129.832**	**91.426**	**3.670**	**30.846**	**214.478**

Assistência Social - área preponderante

(i) Politicas públicas

Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Entidade são atividades de proteção social nas Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto No. 6.308/07 Resolução do CNAS No. 109/09 e Resolução CNAS No. 14/14, e por este motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e como consequência, por elas, regulamentada.
A OSC possui registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal de Assistência Social.

(ii) Formalização dos projetos sociais

A Entidade no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais formaliza em cada Projeto Social os objetivos do mesmo, origem de recursos, infraestrutura, tipificando os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a faixa etária a serem executados (conforme Resolução do CNAS No. 109/09 e Decreto No. 6.308/07), público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

(iii) Tipificação dos projetos sociais e aplicação dos recursos

A Entidade em atendimento a Resolução do CNAS No. 109/09 e Decreto No. 6.308/07 tipificou suas atividades executou suas ações, projetos e programas de forma continuada, gratuita e relacionados com o desenvolvimento (objetivos institucionais) em situação de vulnerabilidade de risco social e pessoal de assistência social conforme quadro:

Projeto	**Cidadão do Amanhã[1]**	**%**	**Caminhando e aprendendo[2]**	**%**	**TOTAL**	**%**
Qtde de crianças assistidas	**550**	**78,57%**	**150**	**21,43%**	**700**	**100,00%**
Receitas	**2.013.525**	**82,32%**	**432.372**	**17,68%**	**2.445.897**	**100,00%**
Receitas de doações	**1.113.191**	**45,51%**	**303.598**	**12,41%**	**1.416.788**	**57,93%**
Receita de doações PJ	805.512	32,93%	219.685	8,98%	1.025.197	41,91%
Receita de doações PF	29.403	1,20%	8.019	0,33%	37.422	1,53%
Receita de doações mercadorias	221.468	9,05%	60.400	2,47%	281.869	11,52%
Doações de voluntariado	54.729	2,24%	14.926	0,61%	69.655	2,85%
Receita de Doações Livros	337	0,01%	92	0,00%	428	0,02%
Receitas financeiras próprias	1.743	0,07%	475	0,02%	2.218	0,09%
Capitação de Recursos	**55.928**	**2,29%**	**15.253**	**0,62%**	**71.182**	**2,91%**

Receitas de prog. De Estimulo/Incentivos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Bazar beneficientes	12.651	0,52%	3.450	0,14%	16.101	0,66%
Receita de doações mercadorias	43.278	1,77%	11.803	0,48%	55.081	2,25%
Convênios e subvenções	**844.406**	**34,52%**	**113.522**	**4,64%**	**957.927**	**39,16%**
Fmca - Fundo Mun. Criança e Adolescente	840.000	34,34%	0	0,00%	840.000	34,34%
Cmas - Conselho Municipal de Ass. Social	0	0,00%	112.320	4,59%	112.320	4,59%
Receitas financeiras subvencionadas	4.406	0,18%	1.202	0,05%	5.607	0,23%
Projeto	**Cidadão do Amanhã[1]**	**%**	**Caminhando e aprendendo[2]**	**%**	**TOTAL**	**%**
Despesas	**-1.736.455**	**-70,99%**	**-312.838**	**-12,79%**	**-2.049.293**	**-83,78%**
Custos subvencionados	**-844.406**	**-34,52%**	**-113.522**	**-4,64%**	**-957.927**	**-39,16%**
Salarios e encargos socias	-650.143	-26,58%	-113.522	-4,64%	-763.664	-31,22%
Generos alimenticios	-141.263	-5,78%	0	0,00%	-141.263	-5,78%
Consumo	-43.000	-1,76%	0	0,00%	-43.000	-1,76%
Teatro	-10.000	-0,41%	0	0,00%	-10.000	-0,41%
Custos diretos - recursos próprios	**-892.049**	**-36,47%**	**-199.316**	**-8,15%**	**-1.091.365**	**-44,62%**
Salarios e encargos socias - próprio	-497.510	-20,34%	-91.715	-3,75%	-589.224	-24,09%
Generos alimenticios	-130.011	-5,32%	-35.458	-1,45%	-165.469	-6,77%
Teatro	-25.631	-1,05%	-6.990	-0,29%	-32.622	-1,33%
Demais despesas operacionais	-106.396	-4,35%	-29.017	-1,19%	-135.413	-5,54%
Honorarios profissionais	-83.878	-3,43%	-22.876	-0,94%	-106.754	-4,36%
Material pedagógico	-30.749	-1,26%	-8.386	-0,34%	-39.135	-1,60%
Material de limpeza	-9.145	-0,37%	-2.494	-0,10%	-11.639	-0,48%
Material de higiene	-8.729	-0,36%	-2.381	-0,10%	-11.109	-0,45%
(=) Superávit (déficit) bruto	**277.070**	**11,33%**	**119.534**	**4,89%**	**396.605**	**16,22%**
Despesas administrativas	**-200.769**	**-8,21%**	**-54.755**	**-2,24%**	**-255.524**	**-10,45%**
Demais despesas administrativas	-43.455	-1,78%	-11.851	-0,48%	-55.306	-2,26%
Depreciação e amortização	-58.570	-2,39%	-15.974	-0,65%	-74.543	-3,05%
Serviços de terceiros - pj geral	-96.291	-3,94%	-26.261	-1,07%	-122.552	-5,01%
Material de escritorio e expediente	-2.307	-0,09%	-629	-0,03%	-2.936	-0,12%
Bens de natureza permanente	-145	-0,01%	-40	0,00%	-185	-0,01%
Despesas tributarias	**-1**	**0,00%**	**-0**	**0,00%**	**-2**	**0,00%**
(=) Superavit/deficit liquido do periodo	**76.302**	**3,12%**	**64.779**	**2,65%**	**141.081**	**5,77%**
Despesas financeiras						
Despesas financeiras própria	-8.838	-0,36%	-2.410	-0,10%	-11.249	-0,46%

(=) Superávit/déficit líquido do período	67.463	2,76%	62.369	2,55%	129.832	5,31%

(1) Faixa etária de 6 a 14 anos e 11 meses

(2) Faixa etária de 03 a 05 anos e 11 meses

Educação - área secundária

(i) Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais - Educação

O Serviço Espírita de Proteção a Família, mantém credenciamento para atuar na educação infantil de 0 à 03 anos- Creche.

Em observância ao disposto no artigo 13 da Lei No. 12.101/09, a entidade ofereceu bolsas educacionais integrais para alunos pré-selecionados pelo perfil socioeconômico, adotando o seguinte critério:

- A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo.

A OSC de ensino presta serviços educacionais integralmente gratuitos, não havendo cobrança de mensalidades/anuidades.

Desta forma, a OSC observou a proporção estabelecida no art. 13 Inciso II §7 da Lei 12.101/09, conforme demonstração a seguir:

EDUCAÇÃO BASICA	**2019**	**2018**
Numeror de crianças de 11 meses a 02 anos assistidas	60	60
(-) Bolsas integrais 100% - Lei 12.101/09	60	60
(-) Bolsas institucionais 100%	-	-
(=) Base de pagantes	-	-
Quantidade mínima a ser garantida com perfil socioeconômico - 1X5	12	12
Alunos bolsistas integrais Lei 12.101/09 - com perfil socioeconômico	60	60
Gratuidade Excedente	48	48

17 Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2019, sendo eles, outras contas a receber e fornecedores estão classificados como empréstimos e recebíveis.

Valor justo

Não existem diferenças entre valores de mercado e os valores registrados na contabilidade, exceto para as propriedades para investimentos.

Instrumentos financeiros derivativos
A Organização Social não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

Instrumentos financeiros "Não derivativos"
Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Organização Social torna-se uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representados pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, a Organização Social está sujeita aos fatores de riscos conforme descrito na nota explicativa 4.

18 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se substancialmente a doações como patrocinadores.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a OSC possuia as seguintes partes relacionadas:

- Quimica Amparo Ltda.
- Tix Participações e Administração Ltda.
- Pessoas fisicas (diretoria executiva)

As transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações normais no curso dos negócios da OSC com suas empresas ligadas e pessoas físicas que correspondem a diretoria executiva.
A natureza e os montantes envolvidos nas transações com partes relacionadas foram os seguintes:

Instrumentos financeiros derivativos
A Organização Social não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

Instrumentos financeiros "Não derivativos"
Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Organização Social torna-se uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representados pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, a Organização Social está sujeita aos fatores de riscos conforme descrito na nota explicativa 4.

18 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se substancialmente a doações como patrocinadores.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a OSC possuia as seguintes partes relacionadas:

- Química Amparo Ltda.
- Tix Participações e Administração Ltda.
- Pessoas físicas (diretoria executiva)

As transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações normais no curso dos negócios da OSC com suas empresas ligadas e pessoas físicas que correspondem a diretoria executiva.
A natureza e os montantes envolvidos nas transações com partes relacionadas foram os seguintes:

	2019			
Partes relacionadas	**Doações em espécie**	**Voluntariado**	**Doações em mercad. e serviços**	**Contribuição associativa**
Química Amparo Ltda.	1.020.000	-	8.226	-
Tix Participações e Administ..	-	-	119.636	-
Pessoas físicas	34.896	20.621	228	35.300
	1.054.896	**20.621**	**128.090**	**35.300**

	2018			
Partes relacionadas	**Doações em espécie**	**Voluntariado**	**Doações em mercadorias**	**Contribuição associativa**
Química Amparo Ltda.	960.000	-	6.359	-
Pessoas físicas	321.969	20.621	34.018	24.615
	1.281.969	**20.621**	**40.377**	**24.615**

* * *

Composição da Diretoria

Ana Maria Veroneze Beira - Presidente

Antonio Ricardo Beira - Tesoureiro

Responsável técnico

Andreia Cristina Bozzer Chierice 1SP330652O-2
Contadora
CRC SP 1SP261965

"SERVIÇO ESPÍRITA DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA - SEPI"
CNPJ (MF) 46.731.121/0001-04

PARECER DO CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS - CAEF

Submetidos a nossa apreciação, em cumprimento a disposição estatutária, as Demonstrações financeiras e Relatórios para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, do **"Serviço Espírita de Proteção à Infância – SEPI"**,constatamos que, os documentos examinados, não apenas atendem as exigências de ordem legal, como espelham resultados reais, por isso opinamos pela sua aprovação.

Amparo-(SP), 10 de Fevereiro de 2020.

Waldir Beira Júnior
RG nº 14.840.687

Lêda Maria Cerqueira Jorge
RG nº 3.787.323

Antonio Carlos Rodrigues
RG nº 3.281.933-X